de 17 de Outubro de 2006 a 15 de Outubro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Outubro de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Elisa Maria Bernardo Garcia*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Rectificação n.º 1785/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 22 012/2006 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de Outubro de 2006, referente à nomeação em comissão de serviço como secretário da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre, rectifica-se que onde se lê «Mestrado em Gestão Financeira» deve ler-se «Master em Gestão Financeira».

13 de Novembro de 2006. — O Administrador, *Joaquim António Belchior Mourato*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DO PORTO

Escola Superior de Enfermagem de São João

Despacho (extracto) n.º 24 224/2006

Nos termos do artigo 11.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, publica-se que, por despacho de 20 de Outubro de 2006 do presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de São João, Bárbara Luísa Cardoso de Lameida Leitão, professora-adjunta do quadro de pessoal desta Escola, foi nomeada definitivamente na mesma categoria, índice 185, 1.º escalão, com efeitos a partir de 17 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório final de processo de nomeação definitiva de Bárbara Luísa Cardoso de Lameida Leitão

O conselho científico da Escola Superior de Enfermagem de São João, reunido em 17 de Outubro de 2006, com base na apreciação positiva do relatório trienal, emitido pelas professoras-coordenadoras Ana Leonor Alves Ribeiro e Maria José da Silva Peixoto de Oliveira Cardoso, docentes desta Escola, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, aprovou a nomeação definitiva como professora-adjunta da mestre Bárbara Luísa Cardoso de Lameida Leitão, por se encontrarem preenchidos os requisitos exigidos.

27 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo José Parente Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 24 225/2006

Nos termos do artigo 11.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, publica-se que, por despacho de 20 de Outubro de 2006 do presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de São João, José Carlos Marques de Carvalho, professor-adjunto do quadro de pessoal desta Escola, foi nomeado definitivamente na mesma categoria, índice 185, 1.º escalão, com efeitos a partir de 26 de Junho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório final de processo de nomeação definitiva de José Carlos Marques de Carvalho

O conselho científico da Escola Superior de Enfermagem de São João, reunido em 17 de Outubro de 2006, com base na apreciação positiva do relatório trienal, emitido pelas professoras-coordenadoras Ana Leonor Alves Ribeiro e Maria José da Silva Peixoto de Oliveira Cardoso, docentes desta Escola, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, aprovou a nomeação definitiva como professor-adjunto do mestre José Carlos

Marques de Carvalho, por se encontrarem preenchidos os requisitos exigidos.

27 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo José Parente Gonçalves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Aviso n.º 12 635/2006

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso para recrutamento de um técnico superior estagiário para a área de gestão e contabilidade, tendo em vista o provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe existente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

2 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento da vaga referida, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

4 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao técnico da área em causa funções de estudos, concepção e adaptação de métodos e processos de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, susceptíveis de apoiar decisões no âmbito de gestão e contabilidade.

5 — Garantia de igualdade de tratamento — nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março, declara-se que:

«Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

6 — Quota de emprego — nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e, tratando-se de concurso para preenchimento de uma vaga, não é fixada quota de lugares a prover por pessoas com deficiência, tendo o candidato deficiente preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

7 — Vencimento — o vencimento mensal é o correspondente aos índices e escalões a que se refere o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar, sendo as condições e as regalias de trabalho as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

8 — Local de trabalho — Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, Complexo Andaluz, Santarém.

9 — São condições de admissão ao concurso:

9.1 — Requisitos gerais de admissão — são requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas, constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias e profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

9.1.1 — Ser funcionário ou agente nas condições exigidas pelo n.º 1 ou no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

9.2 — Requisitos especiais — possuir licenciatura na área para que é aberto concurso.

10 — Métodos de selecção — os métodos de selecção são os seguintes:

- Avaliação curricular — avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica de base, a formação e a qualificação e experiência profissionais;

b) Prova de conhecimentos — visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício das funções do lugar posto a concurso;

c) Entrevista profissional de selecção — este método visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10.1 — A prova será escrita, de natureza teórica, com a duração de duas horas, de carácter eliminatório e sem consulta.

10.2 — A data e o horário para a realização das provas serão divulgados no aviso da lista de candidatos admitidos ao concurso.

10.3 — A legislação de apoio encontra-se publicada em anexo ao presente aviso, fazendo parte integrante do mesmo.

11 — A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, na escala de 0 a 20 valores, por aplicação da fórmula:

$$CF = \frac{PC + AC + E}{3}$$

em que:

CF = classificação final;

PC = provas de conhecimentos;

AC = avaliação curricular;

E = entrevista profissional de selecção.

11.1 — De acordo com a alínea g) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta das reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

12 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado e dirigido à presidente do conselho directivo da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, Complexo Andaluz, apartado 131, 2001-902 Santarém.

13 — Dos requerimentos de admissão deverão constar obrigatoriamente:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento e número, local e data de emissão do bilhete de identidade), residência, código postal e telefone;

b) Habilitações literárias;

c) Habilitações e qualificações profissionais (cursos de formação e outros);

d) Indicação da categoria detida, do serviço a que pertence, da natureza do vínculo e da antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;

e) Quaisquer outros elementos que os interessados considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

13.1 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Declaração passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, especificando o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, bem como a existência e a natureza do vínculo detido;

b) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato;

c) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação profissional complementares e das respectivas durações;

d) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos dos elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito.

13.2 — É dispensada aos funcionários do Instituto Politécnico de Santarém a apresentação dos documentos comprovativos que constem do respectivo processo individual.

14 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

15 — A relação dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do presente concurso e demais elementos julgados necessários para esclarecimento dos interessados serão afixados no átrio dos Serviços Administrativos da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, após publicação no *Diário da República*.

16 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e demais legislação em vigor sobre a matéria.

17 — Regime de estágio:

17.1 — O estágio tem carácter probatório;

17.2 — A frequência de estágio é feita em regime de contrato administrativo de provimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 427/89, ou em comissão de serviço extraordinária, se já for funcionário;

17.3 — O estágio tem a duração de um ano e a avaliação e a classificação final far-se-ão tendo em atenção o relatório de estágio, a classificação de serviço obtida durante o estágio e a avaliação da formação directamente relacionada com as funções a exercer que vierem a ser ministradas ao estagiário;

17.4 — A classificação final traduzir-se-á numa escala de 0 a 20 valores;

17.5 — As regras de provimento nos lugares são as previstas no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

17.6 — A avaliação e a classificação final competem a um júri de estágio, que será o do presente concurso, caso não venha a ser decidida a revisão da sua constituição;

17.7 — Em matéria de constituição, composição, funcionamento e competência do júri, homologação, publicação, reclamação e recursos aplicam-se as regras em vigor na função pública.

18 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. George Camacho, vice-presidente do conselho directivo da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria José Pereira, secretária da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém.

Dr. Vítor Alexandre, chefe de divisão do Instituto Politécnico de Santarém.

Vogais suplentes:

Dr. António Fonseca, director dos Serviços de Acção Social.

Dr.ª Mara Simões, técnica superior de 2.ª classe da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém.

O presidente do júri será substituído, na sua falta ou impedimento, pelo 1.º vogal efectivo.

6 de Novembro de 2006. — A Presidente, *Maria de Lurdes Esteves Azeiro da Luz*.

ANEXO

Programa de provas de concurso para recrutamento de um técnico superior estagiário (área funcional de gestão e contabilidade)

Programa de provas aprovado superiormente, conforme o despacho n.º 13 381/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999:

1 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional;

1.1 — Regime de férias, faltas e licenças;

1.2 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;

1.3 — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;

1.4 — Deontologia dos serviços públicos.

2 — Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto concurso.

2.1 — Orgânica da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Legislação aplicável:

Carta ética;

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

Decreto-Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém, homologados pelo Despacho Normativo n.º 77/95, de 2 de Março, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 5 de Dezembro de 1995;

Estatutos da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 29 de Outubro de 1996;

Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro.

Aviso n.º 12 636/2006

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso para recrutamento de um técnico superior estagiário para a área de gestão de recursos humanos, tendo em vista o provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe existente na Escola Superior do Instituto Politécnico de Educação de Santarém.